NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

a) A Companhia

Os objetivos sociais da ALL – Malha Norte ("Companhia"), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, definidos em seu estatuto são os seguintes:

- Construir e explorar os sistemas de transporte ferroviário de carga, rodovias e hidrovias;
- Prestar serviços de transporte de carga em ferrovias, rodovias e hidrovias;
- Instalar e explorar terminais intermodais;
- Operar em portos;
- Construir edifícios e estruturas;
- Utilizar a faixa de domínio para instalação de linhas afetas a sistemas de transmissão de dados, voz, texto, imagem e similares;
- Prestar serviços de consultoria técnica;
- Participar de outras sociedades, empreendimentos e consórcios, cujo objeto seja relacionado com serviços de transporte, inclusive ferroviário;
- Executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas acima.

Em 19 de maio de 1989 a Companhia firmou com a União Federal um Contrato de Concessão para o estabelecimento de um sistema de transporte ferroviário de carga, abrangendo a construção, operação, exploração e conservação de estrada de ferro entre Cuiabá (MT) e: a) Uberaba/Uberlândia (MG), b) Santa Fé do Sul (SP), c) Porto Velho (RO) e d) Santarém (PA). O prazo dessa concessão estende-se por um período de 90 anos, prorrogável por igual período e podendo ser concedido até 10 anos antes do final do prazo contratual. Não há obrigações de pagamento de qualquer valor durante o prazo do contrato. Trata-se da única ferrovia no País recentemente construída com capital privado.

Em 15 de abril de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Proposta enviada, em 24 de fevereiro de 2014, pela Rumo, com o objetivo de combinar as atividades da ALL com esta Empresa, mediante a incorporação das ações de emissões da ALL pela Rumo, nos termos do art. 252 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A").

Como resultado da aprovação da Proposta, os Conselhos de Administração da ALL e da Rumo firmaram, o Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações da ALL - América Latina Logística S.A. pela Rumo Logística Operadora Multimodal S.A ("Protocolo e Justificação").

A proposta de incorporação de Ações foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de 08 de Maio de 2014. A consumação da Incorporação de Ações permanecia condicionada à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), bem como de eventuais outros órgãos da administração pública cujas autorizações prévias se façam necessárias e demais condições precedentes previstas na Proposta, todas elas satisfeitas até a data de emissão deste relatório.

b) Restrição e condições de operação na concessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

c) Situação econômico financeira da Companhia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não atingiu os índices mínimos para *covenants* financeiros atrelados às suas dívidas. Como a Companhia não obteve *waiver* em data anterior a 31 de dezembro de 2014 as dívidas cujos covenants não foram atendidos foram reclassificadas para o curto prazo. Em consequência desta reclassificação a Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2014, passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 1.402.255.

Até a data de encerramento dessas demonstrações financeiras, a administração renegociou, condicionado a incorporação de ações pela Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. e outros trâmites, os covenants para essas dívidas e está em processo avançado para obtenção dos waivers necessários para restabelecer os prazos originais de vencimento e vem trabalhando em medidas que permitam a Companhia apresentar uma estrutura equilibrada de endividamento, visando a continuidade de suas operações. Para as debentures das 8ª e 9ª emissão da Companhia não foi solicitado waiver.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A partir de 2014 o IFRS passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em s nas demonstrações separadas, portanto as demonstrações financeiras individuais também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e , é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Em 31 de março de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras e autorizou sua divulgação.

A Companhia tem participação direta de 50% nas seguintes entidades em 31 de dezembro de 2014:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Terminal XXXIX de Santos S.A.: Empresa sediada em Santos, com atividade de exploração e operação de instalação portuária em geral e exploração comercial de terminal, conforme destacado na nota 1.
- Portofer Transporte Ferroviário Ltda.: Empresa sediada em Santos, responsável pelo controle de 90 km de linhas férreas no porto de Santos e tem como objetivo fazer a fazer a movimentação ferroviária de mercadorias no porto de Santos, conforme descrito na nota 1.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.2. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas s. Para maiores detalhes ver nota explicativa 25.

2.3. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB ou pelo CPC, mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 – "Receitas de Contratos com Clientes". Em 28 de maio de 2014, foi emitido o IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes que determina um modelo abrangente de contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e substitui as orientações de reconhecimento de receita vigentes, que se encontram atualmente em várias normas e interpretações dentro IFRS. O princípio fundamental desse pronunciamento é que a entidade reconheça a receita refletindo a transferência de bens ou serviços, mensuração dos valores que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. No entanto, a nova norma não se aplica às operações que estão dentro do âmbito das normas de arrendamento. Esta nova norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com aplicação antecipada permitida nos relatórios. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto desse novo pronunciamento nas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 22 de dezembro de 2014, o CPC emitiu o documento "Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07/2014", aprovado pela CVM por meio da Deliberação nº 733, de 23 de dezembro de 2014, alterando a redação do CPC 35 – "Demonstrações Separadas", para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 – Separate Financial Statements, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em s nas demonstrações separadas. Essa alteração possibilita que o dual compliance (CPC e IFRS) seja também alcançado nas demonstrações financeiras individuais da controladora, no pressuposto de que não haja qualquer diferença entre as duas práticas contábeis. Companhia efetuou a avaliação e não há impacto deste novo pronunciamento.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que não entraram em vigor e que se espera que tenham um impacto significativo sobre a Companhia.

2.4. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação quando da mensuração dos itens.

Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moeda estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e perdas relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Todos os demais ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "outras receitas (despesas) operacionais líquidas".

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo.

2.5. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida proporcionalmente à medida que os serviços são prestados e seu valor puder ser mensurado de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres, de armazenagem e de transbordo.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal e;
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em s, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal e;
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em s, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto/Contribuição					
		(%)			
PIS	Programa de Integração Social	1,65			
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	7,60			
CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	1			
ICMS	Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e	De 7 a 17			
	Serviços				

Esses encargos estão deduzidos da receita líquida na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados deduzidos do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

2.7. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A companhia possui um incentivo fiscal cujo benefício se refere a um item de despesa, que é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

O benefício fiscal compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração iniciado em 2008 e término do prazo em 2024.

2.8. Benefícios envolvendo pagamento de ações

Os principais executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

O custo de transações com funcionários liquidados com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia utiliza método de valorização apropriado e premissas de mercado. Mais detalhes estão demonstrados na nota explicativa 24.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento na reserva de capital, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada database até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em despesas administrativas e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida no resultado correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior.

O efeito de diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, conforme descrito na nota explicativa 22.

2.9. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial, classificação e mensuração subsequentes

(i) Ativo financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens ou serviços dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem ou serviço.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38/IAS 39. Derivativos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos, financiamentos e debêntures, contratos de garantia financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38/IAS 39. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa 24.

2.10. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda e swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Para os fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem três classificações: i) hedge de valor justo; ii) hedge de fluxo de caixa e iii) hedge de investimento líquido.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

A porção inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado, na linha de resultado financeiro.

Classificação

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de hedge eficaz (usados como hedge econômico e não aplicar contabilidade de hedge) são classificados como de curto e longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração de resultados no resultado financeiro.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de hedge eficazes são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de hedge.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

2.11. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.12. Imobilizado

Locomotivas, vagões e via permanente são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando há substituição de partes significativa do ativo imobilizado, estas são capitalizadas nos respectivos bens. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

LocomotivasVagões25 anos30 anos

• Via permanente Limitado ao prazo da concessão em 64 anos

Container
 Instalações, máquinas e equipamentos
 Veículos
 Softwares e equipamentos de informática
 30 anos
 10 anos
 5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.13. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no período de carência são registrados ao resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

2.14. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa financeira no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.15. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Os direitos de concessão gerados nas aquisições de s detentoras de contratos de concessão, e que têm como fundamento econômico expectativas de rentabilidade futura, são considerados intangíveis de vida útil definida e amortizados pelo prazo restante da concessão, linearmente ou com base na curva de geração dos benefícios econômicos futuros. Adicionalmente, são testados anualmente para perdas por redução de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.16. Estoques

Os estoques da Companhia correspondem a material de consumo e manutenção, avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.17. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se reconhecidas, são classificadas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.18. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros resgatáveis em três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

2.19. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. Contratos onerosos são reconhecidos pelo valor presente das obrigações futuras considerando apenas os custos variáveis diretamente relacionados versus as receitas prováveis.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.20. Receita diferida

Composta por valores recebidos a serem realizados em períodos futuros. Substancialmente composta por valores recebidos de clientes visando investimento em via permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário.

2.21. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras :

Compromissos de arrendamento mercantil

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais de material rodante (locomotivas e vagões) de clientes e fornecedores. A classificação como operacional ou financeiro é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

Imobilizado e Intangível

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizado inclui as estimativas das vidas úteis. Além disso, a determinação do valor justo na data de aquisição dos ativos intangíveis e imobilizado adquiridos em combinações de negócios é uma estimativa significativa.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizado. Para 2014 a Companhia identificou indicadores de *impairment* norteados principalmente por (i)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor de mercado da ação da ALL Holding abaixo do seu valor patrimonial, (ii) não atingimento do orçamento e metas internas, (iii) aumento de taxas de juros; (iv) plano de substituição e modernização de locomotivas A presença de tais indicadores suportou o teste de *impairment* realizado em 2014 onde foi identificada a necessidade de provisão pelo plano de substituição de frotas de locomotivas. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável em diferentes unidades geradoras de caixa para as são apresentadas na nota explicativa 11.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal.

Créditos fiscais relacionados a outros impostos são anualmente avaliados quanto à capacidade de realização e caso julgue necessário a Administração constitui provisões conforme expectativa de realização.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. O impacto de possíveis variações de indicadores que podem sofrer variações de acordo com a volatilidade do mercado, e que podem impactar diretamente estes instrumentos foram objeto de análise de sensibilidade que está demonstrado em nota explicativa 30.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.22. Reapresentação das cifras comparativas

Correção de erros

Conforme mencionado na Nota 1(a), em decorrência da combinação das atividades da Companhia com a Rumo, foi criado um grupo de transição que revisou as práticas contábeis adotadas pela Companhia. Nesse processo, foram identificados ajustes e reclassificações de exercícios anteriores, relacionados aos temas detalhados abaixo, de forma que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2013, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas.

- (i) Reclassificação de operações de postergação de pagamentos a fornecedores contratada pela Companhia com aval de seus fornecedores para o grupo de Empréstimos e Financiamentos no montante de R\$ 7.903 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 44.337 em 31 de Dezembro de 2012). Estas operações, denominadas "Risco Sacado", ocorrem quando os fornecedores realizam uma cessão de créditos e os encargos financeiros desta transação são honrados pela Companhia a qual assume o compromisso de honrar tais compromissos e seus respectivos encargos junto às instituições financeiras contratadas.
- (ii) Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 a Companhia revisitou todos os contratos de arrendamento contratados junto a terceiros e, após revisar as premissas utilizadas para classificar alguns destes contratos como arrendamento operacional nas Demonstrações Financeiras a Companhia, amparada pelas definições do CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil, considerou a necessidade de capitalizar alguns destes contratos desde o início do arrendamento uma vez que detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade dos ativos objeto destes contratos.
- (iii) Reclassificação de parte do saldo de caixa e equivalentes de caixa para Títulos e valores mobiliários no ativo não circulante no montante de R\$ 166.294 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 155.874 em 01 de janeiro de 2013) por se tratar de caixa restrito vinculado a empréstimos junto ao BNDES.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reapresentação dos números de 01 de Janeiro de 2013

	Reapresentação						
	01/01/2013	01/01/2013 Risco Sacado (i) ec		01/01/2013 (Reapresentado)			
	Saldo Original			Saldo reapresentado			
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	838.459	_	(158.871)	679.588			
Títulos e valores mobiliários	-	-	2.997	2.997			
Total do ativo circulante	1.150.587	-	-	994.713			
NÃO CIRCULANTE							
Títulos e valores mobiliários			155.874	155.874			
Total do ativo não circulante	3.319.271	-	155.874	3.475.145			
TOTAL DO ATIVO	4.469.858	-	155.874	4.469.858			
PASSIVO							
CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	156.589	44.337	-	200.926			
Fornecedores	95.210	(44.337)		50.873			
Total do passivo circulante	687.449	-	-	687.449			
NÃO CIRCULANTE							
Total do passivo não circulante	2.267.935	-	-	2.267.935			
Total do patrimônio líquido	1.514.474	-	-	1.514.474			
Total do passivo e patrimônio líquido	4.469.858		-	4.469.858			

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reapresentação dos números de 31 de Dezembro de 2013

	31/12/2013	Risco Sacado (i)	Reapresentação Arrendamento Financeiro (ii)	Caixa e equivalentes (iii)	31/12/2013
	Saldo Original			_	Saldo
ATIVO					reapresentado
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa Títulos e valores mobiliários	1.461.044	- -	-	(178.677) 12.383	1.282.367 12.383
Total do ativo circulante	2.051.980		-	(166.294)	1.885.686
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	166.294	166.294
Imposto de renda e contribuição social diferidos	222.288	-	2.630	-	224.918
Imobilizado Total do ativo não circulante	2.923.587 3.484.339	-	350.105 352.735	166.294	3.273.692 4.003.368
TOTAL DO ATIVO	5.536.319	-	352.735	<u>-</u>	5.889.054
PASSIVO					
CIRCULANTE Empréstimos e financiamentos	191.355	7.903			199.258
Arrendamento mercantil	62.388	7.903	71.372	- -	133.760
Fornecedores	227.359	(7.903)	-	-	219.456
Total do passivo circulante	921.695	-	71.372	-	993.067
NÃO CIRCULANTE					
Arrendamento mercantil	660.971		285.847		946.818
Total do passivo não circulante	2.809.136	-	285.847	-	3.094.983
Total do patrimônio líquido	1.805.488	-	(4.484)	-	1.801.004
Total do passivo e patrimônio líquido	5.536.319		352.735		5.889.054
			Reapresentação		
	21/12/2012	D' G 1 . (')	Arrendamento	Caixa e	21/12/2012
	31/12/2013	Risco Sacado (i)	Financeiro (ii)	equivalentes (iii)	31/12/2013
	Saldo Original				Saldo reapresentado
RESULTADO					reapresentatio
Receita líquida de serviços	1.816.878	-	-		1.816.878
Custo dos serviços prestados	(1.207.575)	-	16.176	-	(1.191.399)
Lucro Bruto	609.303	-	16.176	-	625.479
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(19.606)	-	-	-	(19.606)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.856		-		1.856
	(17.750)	-	-	-	(17.750)
Resultado de participações acionárias	5.057	=	-	=	5.057
Resultado operacional antes do resultado Financeiro	596.610	-	16.176	-	612.786
Resultado financeiro	(191.756)	-	(23.290)	-	(215.046)
Lucro operacional antes dos tributos	404.854	-	(7.114)	-	397.740
Imposto de renda e contribuição social correntes	(32.114)				(32.114)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(29.949)		2.630	=	(27.319)
	(62.063)		2.630		(59.433)
Lucro líquido do exercício	342.791		(4.484)		338.307

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração dos fluxos de caixa

	31/12/2013	Ajustes	31/12/2013 (Reapresentado)
Fluxo de caixa operacionais	339.632	54.328	393.960
Fluxos de caixa de atividades de investimentos	(165.929)	(10.420)	(176.349)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento	448.882	(54.327)	394.555
Fluxo de caixa total	622.585	(10.419)	612.166

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2014	31/12/13	01/01/13
	31/12/2014	(reapresentado)	(reapresentado)
Bancos conta movimento	10	7.516	990
Aplicações financeiras	666.075	1.274.852	678.597
	666.085	1.282.367	679.587

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a fundos exclusivos com liquidez diária conforme composição abaixo:

	31/12/2014	31/12/13 (reapresentado)	01/01/13 (reapresentado)
Aplicações em fundos exclusivos			
Fundos de Investimentos (i)	36.578	120.340	6.584
Títulos do governo	329.957	610.109	407.290
Certificado de depósitos bancários - CDB (ii)	299.540	544.402	264.724
	666.075	1.274.852	678.597

⁽i) Referem-se as aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários de Instituições Financeiras que possuem Garantia Especial do Fundo Garantidor de Crédito

⁽ii) Referem-se, principalmente, a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, emitidos por instituições financeiras brasileiras com vencimentos originais de 90 dias ou menos, para os quais não há penalidades ou outras restrições para resgate antecipado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/13 (reapresentado)
Curto prazo			
Debêntures	32.492	12.383	2.997
Caixa restrito (i)	184.359	<u> </u>	
	216.852	12.383	2.997
Longo Prazo			
Títulos do governo	2.349	-	-
Caixa restrito (i)	-	166.294	155.874
	2.349	166.294	155.874

⁽i) Inclui em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 184.359 considerado como caixa restrito para fazer frente aos empréstimos junto ao BNDES (R\$166.294 em 2013 e R\$155.874 em 1/1/2013

5. Contas a receber de clientes

		31/12/2013	01/01/2013
	31/12/14	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Contas a receber de clientes			
Clientes terceiros	38.259	118.125	149.340
Clientes intercompany	69.628	80.272	22.244
	107.887	198.397	171.584
(-) Provisão de créditos para liquidação duvidosa	-	(6.369)	(9.462)
	107.887	192.028	162.122

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes apresentou a seguinte posição:

	Saldo ainda não vencido e		Saldos vencidos					
Períodos	sem perda por redução ao valor recuperável	<30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	> 181 dias	PDD	Total
31/12/14	93.642	7.057	1.377	222	5.589		-	107.887
31/12/13 (Reapresentado)	101.677	32.031	24.325	10.215	23.780	6.369	(6.369)	192.028
01/01/2013 (Reapresentado)	97.175	33.967	17.865	5.630	7.485	9.462	(9.462)	162.122

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões para créditos de liquidação duvidosa

A provisão foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, bem como para os créditos vencidos há mais de 180 dias, desconsiderando os saldos a receber de partes relacionadas e contas a receber que apesar de vencidos a Administração entende serem realizáveis (composto principalmente por valores a receber da Rumo). A provisão constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

A movimentação dos saldos de provisão de crédito de liquidação duvidosa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 esta representada no quadro abaixo:

	Consolidado								
	01/01/2013 Adições		Baixas	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2014		
				(Reapresentado)					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(9.462)	(10.288)	13.381	(6.369)	(7.176)	13.545	-		

6. Transações com partes relacionadas

_	Ativo circulante		Ativo não	circulante	Passivo c	irculante	Passivo não	o circulante	Recei	tas	Despesas/	Custos
	31/12/14	31/12/2013 (Reapresentado)	31/12/14	31/12/2013 (Reapresentado)	31/12/14	31/12/2013 (Reapresentado)	31/12/14	31/12/2013 (Reapresentado)	31/12/14	31/12/2013 (Reapresentado)	31/12/14	31/12/2013 (Reapresentado)
ALL Armazéns Gerais	-		-	-			9			-	-	-
ALL Intermodal	3.990	3.990			-	-	-		-			-
ALL Malha Oeste	3	100				256						
ALL Malha Paulista	10.545 (i)	130.252	116.355	152.158	1.307	11.423	46	708	78.772	74.313	920.113	547.213
ALL Malha Sul	7	2.960	695	448	13.484	22.239	2.534	182				5.126
ALLS.A.	46.089	50.085	475.300			2.740	1		6			11.463
ALL Serviços	-				2.118	4.434	-	12.004	-		6.981	5.426
Brado Logística e Participações	4.749				754	90				2.403		5.419
Portofer	3.084	69	32.243	19.878	3.438	1.464						
ALL Participações	484				-	-	-		-			-
Ritmo Logística		1.975				7				1.120		2.146
Vetria												
	68.951	189.431	624.593	172.484	21.101	42.653	2.590	12.894	78.778	77.836	927.094	576.793

a) Créditos e débitos com empresas ligadas

As transações ocorridas com partes relacionadas à Companhia são de natureza operacional e financeira, decorrentes de aluguéis de terminais, material rodante (locomotivas e vagões), máquinas e equipamentos, armazenagens, partilhas de fretes, bem como, recursos financeiros, necessários a manutenção das operações da Companhia.

(i) Saldo decorrente de operações ferroviárias intercompany e adiantamento de partilha entre Malha Norte e Malha Paulista.

b) Termos e condições de transações entre as partes relacionadas

Os saldos em aberto no final do período são livres de juros e algumas transações não têm data de vencimento, sendo que parte da liquidação ocorre dentro do exercício e sempre em espécie ou através de realização de encontro de contas.

Não há cobertura de seguros para transações com partes relacionadas.

No período encerrado em 31 de dezembro de 2014, não houve nenhuma contingência com as contas a receber relacionadas a débitos com partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício, examinando-se a posição financeira das partes relacionadas e o mercado de atuação de cada uma delas.

Existem algumas garantias prestadas ou recebidas entre partes relacionadas, devedora ou credora, a saber:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2014

Garantidora ALL S.A

Debêntures 2.051.293

7. Impostos e contribuições a recuperar

	31/12	2/14	31/12/13 (Reap	resentado)	01/01/13 (Reapresentado)	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
IRRF	-	413	-	399	-	2.358
IR e CS a recuperar - antecipações	562	44.058	22.030	-	7.736	-
Créditos federais a compensar PIS/COFINS	119.637	25.025	58.780	28.208	35.552	31.984
COFINS	95.177	20.562	48.295	23.177	29.210	26.289
PIS	24.460	4.463	10.485	5.031	6.342	5.695
ICMS (i	i) 24.227	56.519	23.043	47.059	23.783	29.195
Outros	1	2.890	-	5.579	-	422
	144.427	128.905	103.853	81.245	67.071	63.959
Impostos e contribuições a recuperar	143.865	84.434	81.823	80.846	59.335	61.601
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	562	44.471	22.030	399	7.736	2.358

(i) Créditos de ICMS referente a aquisição de insumos e diesel utilizados na prestação de serviço de transporte.

8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal com a efetiva, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 encontra-se resumida a seguir:

		31/12/2013	01/01/2013
	31/12/14	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro antes dos tributos	132.647	397.740	456.661
Alíquota nominal	34%	34%	34%
Impostos à alíquota nominal	(45.100)	(135.232)	(155.265)
Ajustes do imposto por:			
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto	3.694	2.875	1.313
Efeito de amortização do ágio	10.079	10.079	10.079
Efeito diferenças temporais	(1.294)	5.847	(17.907)
Efeito prejuízo fiscal constituído (não constituído)	1.924	(8.791)	22.247
Registro de opções outorgadas de ações	(44)	(235)	(426)
Efeito redução alíquota incentivo SUDAM	37.424	64.145	53.722
Outras diferenças permanentes	(770)	1.879	6.886
Receita (despesa) de impostos efetiva	5.913	(59.433)	(79.351)
Impostos correntes	(34.332)	(32.114)	(38.788)
Impostos diferidos	40.245	(27.319)	(40.563)

Os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias detidos pela Companhia, bem como a parcela registrada no balanço em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro 2013, podem ser demonstrados como segue:

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31/12/2013	01/01/2013
	31/12/14	(Reapresentado)	(Reapres entado)
Prejuízos fiscais e bases negativas	146.354	174.490	214.925
Provisão ICMS Difícil Realização	7.344	3.705	1.008
Provisões trabalhistas	3.938	323	368
Provisão para questões civeis	404	308	331
Provisão créditos liquidação duvidosa	-	2.165	3.217
Provisões	28.416	5.587	5.336
Provisão Impairment	57.120	-	-
Arrendamento Mercantil	26.750	32.868	42.033
Despesas Diferidas	56.660	57.526	58.752
Outros	10.368	9.402	920
Total dos créditos fiscais	337.354	286.374	326.909
(-) Compensação IR Diferido Lei 12.996/2014	(384)		
(-) Créditos não registrados	(63.785)	(61.456)	(74.673)
(=) Creditos líquidos registrados	273.185	224.918	252.236
Reconciliação do ativo fiscal diferido			
		31/12/2013	01/01/2013
	31/12/2014	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Saldo inicial	224.918	252.236	292.799
Receita/(despesa) de imposto reconhecida no resultado	48.651	(27.318)	(40.563)
Compensação IR Dfierido	(384)		
Saldo final	273.185	224.918	252.236

A expectativa de realização dos créditos fiscais diferidos registrados é a seguinte:

	Consolidado
	31/12/2014
2015	56.779
2016	50.750
2017	51.363
2018	18.450
Após 2018	95.843
Total	273.185

Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social gerados na controladora e nas s são imprescritíveis e serão compensados com lucros tributáveis futuros de acordo com os critérios da legislação fiscal.

9. Outros ativos

		31/12/2013	01/01/2013
	31/12/14	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Adiantamento a fornecedores nacionais (i)	23.663	137.609	35.180
Adiantamento a fornecedores intercompany (ii)	327.037	109.159	-
Adiantamento a fornecedores no exterior (iii)	2.643	9.147	5.354
Outros adiantamentos	535	681	448
Ressarcimento de seguros	4.563	2.074	-
Despesas antecipadas	373	303	235
	358.814	258.973	41.217

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) São registrados valores referentes a adiantados de contratação de serviços de terceiros e aquisição de materiais.
- (ii) Antecipação de partilha de malha ferroviária com empresas do grupo ALL, o qual será realizado via prestação de serviços.
- (iii) São registrados os valores adiantados para fornecedores de materiais de consumo e fornecedores de prestação de serviços referente a importações.

10. Investimentos

a) Participações em conjunto e coligadas

Movimentação dos investimentos	Participação	31/12/13 (Reapresentado)	Equivalência patrimonial	Ganho/perda de investimento	Dividendos	31/12/14
Portofer	50%	43.826	-	-	-	43.826
Terminal XXXIX	50%	15.836	2.442	(1.921)	(677)	15.680
Terminal Granéis Guarujá - TGG	10%	12.876	3.279	(329)	-	15.826
Terminal Marítimo Guarujá - TMG	20%	1.076	5.144	-		6.220
	=	73.614	10.865	(2.250)	(677)	81.552
Movimentação dos investimentos	Participação	01/01/2013 (Reapresentado)	Equivalência patrimonial	Ganho/perda de investimento	Dividendos	31/12/13 (Reapresentado)
Portofer	50%	43.826	-		-	43.826
Terminal XXXIX	50%	14.926	1.619	(283)	(426)	15.836
Terminal Granéis Guarujá - TGG	10%	10.231	2.644	1	-	12.876

68.983

		Controlad	as / coligadas							
				Resultado do	Equivalência	patrimonial	Valor dos investimentos			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	exercício	31/12/14	31/12/13 (Reapreentação)	31/12/14	31/12/13 (Reapreentação)	01/01/2013 (Reapresentado)	
Investimentos										
TGG	231.946	73.686	158.260	32.788	3.279	2.644	15.826	12.876	10.231	
Portofer	135.555	47.903	87.652	-	-	-	43.826	43.826	43.826	
Terminal XXXIX	45.268	13.908	31.360	4.885	2.442	1.619	15.680	15.836	14.926	
TMG	193.891	162.791	31.100	25.721	5.144	4.192	6.220	1.076	-	
					10.865	8.455	81.552	73.614	68.983	

8.455

(426)

(3.398)

73.614

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

		31/12/14			31/12/2013 (Reapres entado)	01/01/2013 (Reapresentado)	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	
F	Benfeitorias em bens de terceiros						
	Locomotivas	352.858	(41.962)	310.896	251.989	92.754	
	Vagões	14.985	(841)	14.144	14.779	112.797	
	Via permanente	235.631	(47.709)	187.922	160.552	121.220	
	Outros	22.111	(2.849)	19.262	22.915	3.494	
		625.585	(93.361)	532.224	450.235	330.265	
I	mobilizado próprio em operação						
	Locomotivas	234	(81)	153	162	128.252	
	Vagões	-	-	-	-	140.754	
	Via permanente	1.971.092	(212.017)	1.759.075	1.760.006	1.078.174	
	Almoxarifado de bens de uso	15.879	-	15.879	906	2.016	
	Terrenos	17.010	-	17.010	17.010	14.413	
	Edificações	85.102	(30.281)	54.821	26.701	38.470	
	Móveis e utensílios	1.937	(1.937)	-	11	144	
13	Veiculos rodoviários	862	(862)	-	-	-	
	Equipamentos de processamento de dados	6.435	(6.002)	433	672	272	
	Equipamentos de telecomunicação e sinalização	21.076	(9.432)	11.644	9.715	8.141	
	Equipamentos para manutenção de via permanente e trans	2.391	(2.197)	194	222	(235)	
	Aeronave	12.622	(2.807)	9.815	11.050	9.154	
	Outros	44.756	(5.977)	38.779	1.659	2.470	
		2.179.396	(271.593)	1.907.803	1.828.114	1.422.025	
Α	Arrendamento mercantil						
I	ocomotivas	541.240	(331.963)	209.277	363.659	209.417	
7	/agões	640.061	(176.440)	463.621	492.962	280.331	
(Obras civis	109.200	(11.700)	97.500	105.300	-	
		1.290.501	(520.103)	770.398	961.921	489.748	
I	mobilizações em andamento						
I	ocomotivas	34	-	34	26.069	11.053	
7	/agões	-	-	-	-	11.053	
7	/ia permanente	9	-	9	7.019	525.035	
(Outros	-		-	334	5.527	
		43		43	33.422	552.668	
		4.095.525	(885.057)	3.210.468	3.273.692	2.794.706	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Síntese da Movimentação do Ativo Imobilizado:

	Saldos e	m 31/12/13 (Reapr	resentado)	Movimentação do exercício						Saldos em 31/12/14			
Classes do imobilizado	Custo bruto	Depreciação acumulada	Liquido	Aquisições	Movimentações que não afetam caixa	Baixas	Transferências	Impairment	Depreciação líquida	Custo acumulado	Depreciação acumulada	Líquido	
Locomotivas	258.016	(5.865)	252.151	-	110	(181)	95.147	(168.000)	131.822	353.092	(42.043)	311.049	
Vagões	14.985	(206)	14.779	-	-	-	-	-	(635)	14.985	(841)	14.144	
Via permanente	2.121.953	(201.395)	1.920.558	-	401	(643)	85.012	-	(58.331)	2.206.723	(259.726)	1.946.997	
Arrendamento mercantil	1.207.029	(245.108)	961.921	-	59.389	-	24.083	-	(274.995)	1.290.501	(520.103)	770.398	
Imobilizações em andamento	33.422	-	33.422	239.041	990	(1.140)	(272.270)	-	-	43	-	43	
Almoxarifado - inversão fixa	906	-	906	14.973		-	-	-	-	15.879	-	15.879	
Outros	146.274	(56.319)	89.955	-	-	-	68.028	-	(6.025)	214.302	(62.344)	151.958	
TOTAL	3.782.585	(508.893)	3.273.692	254.014	60.890	(1.964)	-	(168.000)	(208.164)	4.095.525	(885.057)	3.210.468	

	Saldo e	m 01/01/13 (Reapr	esentado)		Movim	Saldos em 31/12/13 (Reapresentado)					
Classes do imobilizado	Custo bruto	Depreciação acumulada	Liquido	Aquisições	Movimentações que não afetam caixa	Baixas	Transferências	Depreciação líquida	Custo acumulado	Depreciação acumulada	Líquido
Locomotivas	262.194	(41.188)	221.006	39.283	(44.066)	(195.191)	195.796	35.323	258.016	(5.865)	252.151
Vagões	336.474	(82.923)	253.551	-	(234.235)	(110.332)	23.078	82.717	14.985	(206)	14.779
Via permanente	1.370.179	(170.785)	1.199.394	2.096	(25)	(329)	750.032	(30.610)	2.121.953	(201.395)	1.920.558
Arrendamento mercantil	663.025	(173.277)	489.748	-	544.004	-	-	(71.831)	1.207.029	(245.108)	961.921
Imobilizações em andamento	554.684	-	554.684	438.933	43.147	-	(1.003.342)	-	33.422	-	33.422
Almoxarifado - inversão fixa	-	-	-	906	-		-	-	906	-	906
Outros	123.045	(46.722)	76.323	13.798	(660)	(24.345)	34.436	(9.597)	146.274	(56.319)	89.955
TOTAL	3,309,601	(514.895)	2,794,706	495,016	308.165	(330,197)		6,002	3,782,585	(508.893)	3,273,692

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, foram incorporados ao imobilizado investimentos em via permanente e aquisição de material rodante para a operação da Companhia

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, foram capitalizados às contas de imobilizações em andamento, R\$ 4.750 (R\$ 47.274 em 31 de dezembro de 2013) relativamente a encargos financeiros gerados por empréstimos que financiaram tais imobilizações. A capitalização dos juros foi calculada com base na taxa média de captação da Companhia.

A provisão para impairment registrada durante o exercício de 2014 está apresentada na nota explicativa 12.

Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 770.398 (R\$ 961.920 em 31 de dezembro de 2013). No exercício de 2014 houve adições ao imobilizado R\$ 59.389 (R\$ 544.004 em 2013), de itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro, que são garantidos pelos próprios bens objetos dos contratos. Estas adições, não afetaram o caixa.

Conforme detalhado na nota explicativa 15, os arrendamentos mercantis financeiros estão classificados no imobilizado e são depreciados de forma consistente com os critérios aplicáveis aos demais ativos imobilizados.

12. Análise de perda ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

Conforme mencionada na nota explicativa 2.22, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram identificados indicadores que requereram a realização de teste de impairment para os ativos intangíveis e imobilizados.

(i) Perda por redução ao valor recuperável por plano de substituição de locomotivas

Em 2014, a Administração identificou locomotivas que não atendiam certos padrões de eficiência operacional, gerando custos de manutenção, operação e consumo de combustível acima da média, o que ensejou a decisão de substituição dessa frota, para melhorar a produtividade de suas atividades ferroviárias.

Como há um plano formalizado e houve aprovação por meio do Conselho de Administração durante 2014 para substituição de parte da frota existente, a Companhia registrou provisão para baixa das locomotivas que fazem

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

parte desse plano no montante de R\$ 168.000 com a contrapartida na rubrica de despesa de provisão para *impairment* na demonstração do resultado, uma vez que apesar de ainda serem utilizadas serão descontinuadas em um curto espaço de tempo. Nesse contexto, a recuperabilidade desses bens não se dará pelo método do valor em uso, mas sim pelo método do valor justo deduzidos das despesas com venda dos bens, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 1 – Análise de recuperabilidade de ativos e, portanto, com base na apuração do valor justo deduzido das despesas com vendas foi determinada uma provisão para impairment. Para o teste ao valor em uso da UGC não foi identificado necessidade de provisão para impairment.

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para a UGC Malha Norte é mais sensível às seguintes premissas:

Margens operacionais

As margens operacionais são baseadas nos valores médios obtidos nos três exercícios que antecedem o início do período orçamentário. Essas margens variam ao longo do tempo da projeção, conforme os projetos planejados pela empresa são implementados e se desenvolvem.

Taxas de descontos

As taxas de descontos refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos à unidade geradora de caixa. A taxa de desconto foi estimada com base no custo médio ponderado de capital para o segmento, e equivale a 9,9% a.a.. Outrossim, essa taxa foi ajustada para refletir a avaliação de mercado de qualquer risco específico à UGC.

Estimativas de taxas de crescimento

As taxas são baseadas nas expectativas da administração para os próximos anos. As taxas de longo prazo utilizadas foram de 4% à 8,5% a.a., em média, para extrapolar o orçamento a qual vem sendo ajustada por qualquer elemento adicional identificado pela administração.

Sensibilidade a mudanças nas premissas

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos

	Encargos anuais	Taxa efetiva	Vencimento	31/12/14	31/12/2013 (Reapresentado)	01/01/2013 (Reapresentado)
Em moeda nacional		<u>, </u>				
Bancos Comerciais	CDI + 1,30%	9,74%	Outubro de 2013			44.338
	CDI + 1,30%	9,34%	Abril de 2014	-	7.903	<u> </u>
	CDI + 1,30%	12,07%	Fevereiro de 2015	22.005	-	- [
			Trimestrais/mensais	<u></u>		
Investimentos BNDES	TJLP + 1,5%	6,50%	até setembro de 2016	26.817	135.269	243.691
			Trimestrais/mensais			
	TJLP + 3%	8,00%	até janeiro de 2016	34.092	65.548	97.007
			Trimes trais/mens ais	<u></u>		
	TJLP + 2,71%	7,71%	junho de 2029	502.838	521.516	386.778
			Trimestrais/mensais			
	TJLP +1,4%	6,40%	junho de 2022	229.195	165.306	79.416
			Trimestrais/mensais			
BNDES (FINAME)	Pré 2,50%	2,50%	janeiro de 2023	155.834	87.999	-
			Trimestrais/mensais	<u></u>		
	Pré 3,50%	3,50%	Janeiro de 2024	1.760	<u> </u>	-
NCE	URTJLP + 5,95%	10,95%	Julho de 2015	116.362	104.726	
	109% do CDI	11,79%	Setembro de 2018	304.959	304.046	-
	112% do CDI	12,14%	Outubro de 2018	399.410	150.873	
FINIMP	3,10% Pré USD	4,12%	Fevereiro de 2024	3.012	6.954	1.046
Total				1.796.284	1.550.140	852.276
Parcela no circulante				1.796.284	199.258	200.926
Parcela no exigível a longo pr	razo			-	1.350.882	651.350

Todos os empréstimos e financiamentos são garantidos por avais da ALL Holding e suas concessionárias, nos mesmos montantes e condições do total financiado, salvo para financiamentos de locomotivas, vagões e caminhões, nos quais os mesmos são dados em garantia.

Os contratos de financiamento com o BNDES, destinados a investimentos, são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo entre 1,0% e 2,0% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução.

Para cálculo das taxas efetivas foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 8,03%, a TJLP do ano de 5% e o IPCA de 5,91%.

Cláusulas Restritivas ("covenants")

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros no nível da ALL Holding Consolidada consistem em : (i) dívida líquida /EBITDA (em português LAJIDA); (ii) EBITDA/resultado financeiro (são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos e operações de hedge) .É necessária apuração trimestralmente na data da publicação das demonstrações financeiras, utilizando os resultados s.

Dívida líquida consolidada/EBITDA ajustado consolidado	2014
Limite contratual	2,50
Medição em 31/12/2014	5,06
EBITDA ajustado consolidado/ Resultado Financeiro	2014
Limite contratual	2,00
Medição em 31/12/2014	1,67

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não estavam em conformidade com todas as cláusulas dos contratos e, portanto as dívidas relacionadas a esses contratos, assim como aquelas com cláusulas de cross default, foram reclassificadas para o curto prazo em 31 de dezembro de 2014.

No âmbito do processo de incorporação da ALL pela Rumo, essa última renegociou, em nome da ALL, condicionado à incorporação das ações pela Rumo e outros trâmites, os covenants para essas dívidas e entende que obterá os waivers necessários para 31 de dezembro de 2014 e trimestres de 2015, com o compromisso de serem restabelecidos até 31 de dezembro de 2015 em patamares compatíveis com as novas políticas contábeis da Rumo e dos efeitos pelo plano de investimentos que será executado. Exceto pelo BNDES, cujo indicador de dívida liquida/EBITDA e ICD ainda estão por ser definidos, todos os demais credores já concordaram com um ratio de até 5,5x dívida liquida/EBITDA, sendo certo que se a negociação com o BNDES requerer um ratio de alavancagem inferior a este, o que for pactuado será estendido a todos os demais credores com condições de covenants equivalentes.

Mesmo com os ajustes efetuados mencionados na nota explicativa 2.22 os *covenants* de 31 de dezembro de 2013 estavam em conformidade.

14. Debêntures

As emissões de debêntures da controladora e suas s apresentam os seguintes saldos:

								31/12/2013		01/01/2013	
						31/1:	2/14	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
				Remuneração	Taxa	Passivo	Passivo não	Passivo	Passivo não	Passivo	Passivo não
Série	Data	Valor	Vencimento final	anual	efetiva	circulante	circulante	circulante	circulante	circulante	circulante
1ª emissão	01/07/97	100.000	30/06/16	TJLP + 1,5%	6,50%	61.781	2.490	68.700	59.838	68.780	124.491
6ª emissão	08/09/08	166.666	31/07/18	108% do CDI	8,20%	172.903	-	3.288	163.593	4.748	164.086
8º emissão	18/10/12	160.000	19/10/20	10,10% Pré BRL	10,10%	162.867	-	3.036	159.721	2.568	153.949
Debêntures	01/07/97	100.000	30/06/16	% CDI		21.657	43.317	20.610	61.831	20.674	66.808
Debêntures privadas	30/04/12	300.000	02/05/16	% CDI + 1,7%			131.218		116.725		318.777
						419.208	177.025	95.634	561.708	96.770	828.111

Composição por ano de vencimento das parcelas exigíveis a longo prazo:

	31/12/14	31/12/13	01/01/13
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
2015	-	27.906	73.803
2016	177.025	75.390	77.037
2017	-	94.290	407.235
2018	-	50.579	54.944
A partir de 2019		313.543	215.092
Total	177.025	561.708	828.111

Algumas emissões da Companhia e suas subsidiárias contam com garantia fidejussória, as quais podem ser observadas na nota explicativa 6 "Transações com partes Relacionadas".

A ALL Malha Norte mantém com o BNDES Participações S.A., que é acionista da ALL, operação de debêntures, conversíveis em ações, remunerada a juros de mercado, no valor de R\$ 129.246 em 31 de dezembro de 2014, cujo prazo de vencimento é até junho de 2016.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cláusulas Restritivas ("covenants")

As debêntures possuem cláusulas restritivas, nas mesmas condições daquelas descritas na nota explicativa 12 "Empréstimos e financiamentos".

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia, não estava em conformidade com todas as cláusulas dos contratos, conforme demostrado na nota explicativa 13. "Empréstimos e financiamentos", e portanto as debentures relacionadas a esses contratos e com cláusulas de *cross default* foram reclassificadas para o curto prazo em 31 de dezembro de 2014.

15. Arrendamento mercantil

Arrendamentos financeiros

A Companhia e suas s possuem contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas que, no julgamento da Administração, se enquadram como arrendamento financeiro.

A Companhia e suas s incorporaram ao ativo imobilizado os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da entidade, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, os riscos e o controle desses bens, independente da propriedade dos mesmos.

Os encargos financeiros incorridos no período foram contabilizados como despesa financeira. Não houve custos iniciais diretos a serem capitalizados, bem como pagamentos contingentes e subarrendamentos relacionados aos respectivos contratos.

Os saldos das obrigações relativas aos contratos de arrendamentos mercantis são:

	31/12/14	31/12/2013	01/01/2013
Bens		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Materiais rodantes/Terminais	1.010.814	1.080.578	611.874
Passivo circlante	229.476	133.760	71.472
Passivo não circulante	781.338	946.818	540.402

Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	Total dos futuros pagamentos				
Bens	Até 1	De 1 a 5	Acima de 5		
Materiais rodantes/Terminais	118.358	874.503	169.067		

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último com vencimento em junho de 2022. Os valores são atualizados anualmente por IGPM acrescido da variação da TJLP ou por CDI.

Arrendamentos operacionais

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	_	Total dos	pagamentos minimo	s futuros
Bens		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Locomotivas	(i)	494	2.472	41
Vagões	(i)	2.520	12.600	4.830
Terminais	(ii)	19.540	97.701	136.782
	_	22.555	112.773	141.653

16. Antecipação de créditos imobiliários - CRI

		31/12/13	01/01/13
	31/12/14	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Antecipações de créditos imobiliários	238.858	284.731	333.774
Passivo circulante	238.858	105.214	105.214
Passivo não circulante	-	179.517	228.560

Em 28 de novembro de 2008 a ALL Malha Norte firmou junto à CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização – contrato cedendo créditos decorrentes da locação do Terminal de Alto Araguaia – MT, a CIBRASEC, por sua vez, emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) aos quais são conferidos juros remuneratórios com base no CDI + 2,6% ao ano, desde a data de emissão até a data de vencimento de cada CRI. Os prazos e as datas de vencimento são fixos, sendo que o primeiro vencimento ocorreu em novembro de 2009 e o último irá ocorrer em 2018. Os encargos financeiros da operação estão sendo apropriados mensalmente ao resultado.

17. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

						Contingê	incias		
		Depósitos judiciais			Prováveis			Possíveis	
		31/12/2013	01/01/2013		31/12/2013	01/01/2013		31/12/2013	01/01/2013
	31/12/14	(Reapresentado)	(Reapresentado)	31/12/14	(Reapresentado)	(Reapresentado)	31/12/14	(Reapres entado)	(Reapresentado)
Ações trabalhistas	11.882	10.560	10.057	11.581	950	1.083	35.641	28.028	38.940
Ações cíveis e ambientais	11.002	10.500	10.057	1.188	905	974	5.148	7.850	576
Ações tributárias						57	46.476	46.476	25.654
	11.882	10.560	10.057	12.769	1.855	2.114	87.266	82.354	65.170
		31/12/20	13						
		(Reapres entaçã	ão)	Adições	Pagamento	os	31/12/14		
Ações trabalhistas	_	9:	50	20.914	(10.28	3)	11.581		
Ações cíveis, regulatórias e a	mbientais	90	05	345	(6.	2)	1.188		
Ações tributárias	_	-					-		
Total	_	1.83	55	21.259	(10.34	5)	12.769		
	_					_			

A Companhia está envolvida em vários processos incorridos no curso normal de seus negócios. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como "perdas prováveis".

a) Ações trabalhistas

A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais, diferenças de multas de 40%

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de FGTS decorrentes de expurgos fundiários, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade, adicional de transferência, diferenças de remuneração variável e outros.

b) Ações cíveis e ambientais

A Companhia é parte em diversas ações cíveis tendo como principais pedidos, ações indenizatórias em geral tais como: ações possessórias em geral, desapropriações, ações de execução de títulos extrajudiciais e outras. Adotando como base a opinião de seus assessores jurídicos e o posicionamento dos tribunais, a Companhia mantém registros para as perdas prováveis no montante de R\$ 1.188 (R\$ 905 em 31 de dezembro de 2013).

c) Ações tributárias

Nas ações tributárias cujas chances de perdas são consideradas possíveis ou remotas nenhuma provisão foi constituída. Em 31 de dezembro de 2013, não houve perdas consideradas como prováveis de perda, não havendo desta forma, saldo constituído de provisão (R\$ 57 em 31 de dezembro de 2012).

ICMS Exportação - Em junho de 2011, o Estado do Mato Grosso lavrou auto de infração em face da ALL Malha Norte, no valor original de R\$ 120.687, referente a operações de transporte de mercadorias destinadas à exportação, no período de 2006. A ALL Malha Norte apresentou impugnação ao lançamento por entender que as operações estão amparadas pela não incidência do ICMS no transporte de mercadorias destinadas à exportação, prevista no art. 155 da Constituição Federal. Em agosto de 2011, a ALL Malha Norte recebeu a decisão de 1ª Instância Administrativa, a qual reduziu o valor da autuação para R\$ 70.940. Em sede de Recurso Administrativo a ALL Malha Norte obteve decisão parcialmente favorável que reduziu o débito para R\$ 30.421. Com o fim do processo administrativo, a empresa ingressou com medida judicial para seguir com a discussão do montante controverso. A ação é considerada como possível de perda.

18. Parcelamentos fiscais e previdenciários

		31/12/13	01/01/2013
_	31/12/14	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lei 11.941/09 (i)	3.152	4.187	11.511
ISS		32	94
_	3.152	4.219	11.605
Passivo ciculante	526	1.566	7.658
Passivo não circulante	2.626	2.653	3.947

(i) Com o intuito de reduzir sua exposição tributária, a Companhia e suas s aderiram ao Programa de Parcelamento de Débitos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, instituído pela Lei nº 11.941/09, no 4º trimestre de 2009, a qual foi homologada em junho de 2011.

A Companhia informa que vem mantendo o pagamento regular das parcelas.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é constituído por 765.326.706 ações, sendo 690.816.080 ações ordinárias nominativas, 69.380.885 ações preferenciais nominativas "A" e 5.129.741 ações preferenciais nominativas "B".

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As ações preferenciais "A" não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- (i) Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.
- (ii) Prioridade na distribuição de dividendos.
- (iii) Prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da Companhia.

b) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

		31/12/2013
	31/12/14	(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	138.560	338.307
Prejuízos acumulados - ajustado	(4.484)	(64.196)
Ajuste custo atribuído controladora	417	501
Lucro líquido após compensação de prejuízos	134.493	274.612
Reserva Legal (5%)	(6.725)	(13.731)
Reserva incentivos fiscais	(37.424)	(59.374)
Lucro líquido do exercício - Ajustado	90.344	201.507
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	22.586	50.377
Quantidade de ações ordinárias	690.816	690.816
Dividendos por ação ordinárias	0,03269	0,07447
Quantidade de ações preferenciais	74.511	74.511
Dividendos por ação preferenciais	0,30313	0,69040

c) Incentivos fiscais - SUDAM

A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional.

O benefício fiscal compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração por um prazo de 10 anos, contando o início do prazo em 2008 e término do prazo em 2017. Em 30 de maio de 2014, a ALL Malha Norte obteve extensão do prazo até 2023 em contrapartida a um projeto de modernização do empreendimento situado na área da Amazónia Legal.

O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis neste exercício calculados até 31 de dezembro de 2014 sobre o lucro da exploração foi de R\$ 37.424 (R\$ 59.897 em 31 de dezembro de 2013), contabilizado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da ALL Malha Norte, de acordo com o CPC 07.

A Companhia informa que as condições relativas às subvenções estão sendo cumpridas devidamente e não existem outras contingências referentes a este incentivo.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Custo dos serviços prestados

	Controladora		
	Exercício findo em 31/12/2014	Exercício findo em 31/12/2013 (Reapresentado)	
Custo dos serviços prestados			
Combustível e lubrificantes	91.461	101.874	
Depreciação e amortização	185.165	141.453	
Outros custos de operação	77.055	71.706	
Despesas com pessoal	46.339	64.002	
Serviços com terceiros	46.274	44.385	
Direito de passagem	960.883	758.504	
Custo/despesas com arrendamento operacional	10.539	1.273	
Indenizações	16.168	1.507	
Contingências	16.946	6.695	
	1.450.830	1.191.399	
Impairment	168.000	-	
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal	6.447	937	
Recuperação de créditos fiscais	10.706	7.932	
Depreciação e amortização	1.240	1.127	
Outros	815	9.610	
	19.208	19.606	

21. Resultado financeiro líquido

		31/12/2013
	31/12/14	(Reapresentado)
Juros sobre endividamento	(258.361)	(232.464)
Multas/Juros Fiscais/Fornecedores	(141.772)	(56.047)
Outros	(4.897)	(3.012)
Total das despesa financeiras	(405.030)	(291.523)
Receita sobre aplicação financeira	112.249	75.911
Outros	535	566
Total das despesas financeiras	112.784	76.477
Resultado financeiro líquido	(292.246)	(215.046)

22.Lucro por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação (em milhares, exceto valores por ação):

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31/12/13
	31/12/14	(Reapresentado)
Resultado básico e diluído por ação		_
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia	122.240	338.307
Por ação ordinária	109.348	302.627
Por ação preferencial "A" (incluso remuneração adicional de 10%)	12.080	33.433
Por ação preferencial "B"	812	2.247
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	690.816	690.816
Média ponderada de número de ações preferenciais "A"	69.381	69.381
Média ponderada de número de ações preferenciais "B"	5.130	5.130
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	0,1583	0,4381
Por ação preferencial "A"	0,1741	0,4819
Por ação preferencial "B"	0,1583	0,4381

23. Outras informações operacionais

23.1 Outras despesas e receitas operacionais

	Controladora		
		31/12/2013	
	31/12/14	(Reapresentado)	
Venda de inservíveis	20.806	2.066	
Venda de imobilizado	-	15	
Outras	1.826	1.010	
Total	22.632	3.091	
Outras Despesas Operacionais			
	Controla	dora	
		31/12/2013	
	31/12/14	(Reapresentado)	
Taxas	(1.784)	(1.235)	
	20.848	1.856	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.2 Receita líquida

		31/12/2013
_	31/12/14	(Reapres entação)
Receita bruta	2.305.841	2.026.665
(-) Deduções (Impostos, descontos e cancelamentos)	(272.373)	(209.787)
Receita líquida	2.033.468	1.816.878

24.Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros:

	Valor contábil		Valor justo			
	31/12/14	31/12/13	31/12/13	31/12/14	31/12/13	31/12/13
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	698.578	1.294.750	682.585	698.578	1.294.750	682.585
Títulos e valores mobiliários	184.359	-	-	184.359	-	-
Contas a receber de clientes	107.887	192.028	162.122	107.887	192.028	162.122
Total	990.824	1.486.778	844.707	990.824	1.486.778	844.707
		Valor contábil			Valor justo	
Passivos financeiros	31/12/14	31/12/13	31/12/13	31/12/14	31/12/13	31/12/13
Debêntures	596.233	657.342	924.881	610.900	679.363	924.881
Instrumentos derivativos	22.942	27.897	4	22.942	27.897	4
Arrendamento mercantil financeiro	1.010.814	1.080.578	611.874	1.010.814	1.080.578	611.874
Empréstimos e financiamentos	1.796.284	1.550.140	852.276	1.796.284	1.541.459	852.276
Antecipação de crédito imobiliário	238.858	284.731	333.774	238.858	284.731	333.774
Total	3.665.131	3.600.688	2.722.809	3.679.798	3.614.028	2.722.809

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia acompanha e gerencia os riscos de mercado para os quais seus negócios estão expostos, quando aplicável, para discutir e determinar a estratégia de hedge de acordo com suas políticas e diretrizes.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração dos riscos associados das operações financeiras é feita mediante a aplicação de estratégias definidas pelos administradores da Companhia. Esse conjunto de estratégias estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição. Para tanto, todas as operações financeiras realizadas devem ser as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser feitas com o objetivo de especulação, isto é, deverá sempre existir uma exposição que justifique a contratação de determinada operação.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e 01 de janeiro de 2013, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição ao risco da Companhia estavam utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

			Valor nocional			Valor justo			
	Encargos anuais	Vencimento	31/12/14	31/12/2013 (Reapres entação)	01/01/13	31/12/14	31/12/2013 (Reapresentação)	01/01/13	
Termo de Moeda		Fevereiro de 2014	-	5.635	-	-	1.146	-	
Operações de swap			160.000	160.000	160.000	(22.942)	(27.098)	4	
Total consolidado			160.000	165.635	160.000	(22.942)	(25.952)	4	
Parcela no circulante Parcela no não circulante						(22.942)	1.945	4	

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de juros pós-fixados que gera exposição à oscilação da taxa de juros de mercado, e utiliza-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

Para evitar a oscilação no resultado da companhia decorrente da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") ao qual os passivos financeiros estão atrelados e com o intuito de proteção dos ativos da companhia, fez-se contratos de swaps "Pré-DI", de forma a pré-fixar a taxa de juros de parte do endividamento anteriormente indexado ao CDI.

Os fluxos que passaram a ser corrigidos por taxa pré-fixada, em função do hedge realizado foram os da 3ª emissão de debêntures da ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., Cédula de Crédito Bancário ("CCB") com vencimento em 2014, 9ª emissão de debêntures da ALL – América Latina Logística S.A., 8ª emissão de debêntures da ALL – América Latina Logística Malha Norte e 8º emissão de debêntures da ALL – América Latina Logística S.A..

Com estes swaps fica mitigado o efeito da taxa de juros sobre o resultado da empresa. Estes instrumentos são registrados como hedge.

Risco de crédito

A Companhia e suas s estão potencialmente sujeitas a riscos de crédito em seus contas a receber de clientes e de créditos detidos juntos à instituições financeiras por aplicações financeiras efetuadas. Os procedimentos adotados para minimizar os riscos de crédito incluem a seletividade dos clientes e das instituições financeiras com as quais nos relacionamos, mediante uma análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com estes devedores são integralmente provisionadas, quando aplicável. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia e suas s têm por política somente realizar aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito, conforme classificação de risco estabelecida pelas agências de *rating* de primeira linha. A administração estabelece um limite máximo para aplicação, em função do Patrimônio Líquido e da classificação de risco de cada instituição.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas s encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas s na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por data de vencimento em 31 de dezembro de 2014 (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

					31/12/14
_	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Debêntures	(419.208)	(177.025)	-	-	(596.233)
Arrendamento financeiro	(254.202)	(191.801)	(462.037)	(127.500)	(1.035.540)
Empréstimos e financiamentos	(1.796.284)	-	-	-	(1.796.284)
Antecipação de crédito imobiliário	(238.858)	(138.864)	(158.217)	-	(535.939)
Contas a pagar fornecedores	(134.446)			<u> </u>	(134.446)
<u> </u>	(2.842.998)	(507.690)	(620.254)	(127.500)	(4.098.442)

Conforme descrito anteriormente, a Companhia não atingiu os índices mínimos para *covenants* financeiros atrelados às suas dívidas. Como a Companhia não obteve *waiver* em data anterior a 31 de dezembro de 2014, as dívidas cujos *covenants* foram quebradas foram reclassificadas para o curto prazo.

Análise de sensibilidade

i. Premissas para a análise de sensibilidade

As tabelas abaixo apresentam a mudança no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e empréstimos e financiamentos em um provável e dois cenários adversos, que poderia resultar em ganhos ou perdas significativas para a Companhia. A Companhia adotou três cenários, um provável e dois cenários de estresse para imparidade do valor justo dos instrumentos financeiros.

ii. Análise de sensibilidade

(a) A análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Impactos no resultado			
		Cenário	Cenário possível	Cenário remoto	Cenário possível	Cenário remoto
	Fatores de risco	provável	25% - aumento	50% - aumento	25% - redução	50% - redução
Risco de apreciação (depreciação) o	la moeda estrangeira					
Fornecedores Longo Prazo	Queda (aumento) na taxa de câmbio R\$/US\$	9.070	(38.894)	86.858	38.894	(86.858)
Swaps Ponta Ativa	Queda (aumento) na taxa de câmbio R\$/US\$	(9.091)	38.987	(87.066)	(38.987)	87.066
		(22)	93	(208)	(93)	208

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2014, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações para empresas com moeda funcional real (positivos e negativos, antes dos impostos), como segue:

	Análise sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)						
	31/12/14	Provável	25%	50%	-25%	-50%	
31 de dezembro de 2014	2,6562	2,6562	3,3203	3,9843	1,9922	1,3281	

(b) A análise de sensibilidade, de mudanças nas taxas de juros

			Impactos no resultado				
		Cenário	Cenário possível	Cenário remoto	Cenário possível	Cenário remoto	
	Fatores de risco	provável	25% - aumento	50% - aumento	25% - redução	50% - redução	
Risco de apreciação (depreciação) da taxa de j	uros				·		
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valor	es mobiliários						
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Queda (aumento) no CDI	94.761	118.452	142.142	71.071	47.381	
Aplicações financeiras pré-fixadas	Queda (aumento) na taxa PRÉ	14.892	18.615	22.338	11.169	7.446	
	_	109.653	137.067	164.480	82.240	54.827	
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e	Parcelamento Impostos						
Financiamentos indexados à TJLP	Queda (aumento) na TJLP	(83.016)	(103.770)	(124.524)	(62.262)	(41.508)	
Financiamentos indexados à CDI	Queda (aumento) na CDI	(62.985)	(78.731)	(94.478)	(47.239)	(31.493)	
Debêntures Indexadas ao CDI	Queda (aumento) na CDI	(208.141)	(260.176)	(312.212)	(156.106)	(104.071)	
Antecipação de CRIs indexados ao CDI	Queda (aumento) na CDI	(44.575)	(55.719)	(66.863)	(33.432)	(22.288)	
		(398.717)	(498.397)	(598.076)	(299.038)	(199.359)	
		(289.064)	(361.330)	(433.596)	(216.798)	(144.532)	

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50%, estão apresentados a seguir:

		Análise sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)					
	31/12/14	Provável	25%	50%	-25%	-50%	
CDI médio	12,50%	12,50%	15,63%	18,75%	9,38%	6,25%	
TJLP	5,50%	5,50%	6,88%	8,25%	4,13%	2,75%	
IPCA	6,71%	6,71%	8,39%	10,07%	5,03%	3,36%	

Categoria dos instrumentos financeiros

As categorias dos instrumentos financeiros estão assim apresentadas:

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
	·		
Caixa e equivalentes de caixa	-	698.578	698.578
Títulos e valores mobiliários	-	184.359	184.359
Contas a receber de clientes		107.887	107.887
	-	990.824	990.824
	Pasivos mensurados ao valor justo por meio	Outros passivos	
Passivos	do resultado	financeiros	Total
Empréstimos e financiamentos	-	1.796.284	1.796.284
Debêntures	-	596.233	596.233
Arrendamento mercantil financeiro	-	1.035.540	1.035.540
Antecipação de crédito imobiliário	-	238.858	238.858
Contas a pagar a fornecedores		168.634	168.634
	-	3.835.549	3.835.549

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Gestão de capital

A Administração monitora os retornos sobre capital adequado a cada um de seus negócios, onde a Companhia define como sendo o resultado de atividades operacionais dividido pelo patrimônio líquido total.

Hierarquia do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores
 e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte
 devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.
- O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido através de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver.
- A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros com base na metodologia de avaliação utilizada:

• Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

O valor justo dos ativos e passivos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações reais e que ocorrem regularmente no mercado em condições normais de mercado:

• Nível 2: outras técnica para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

O valor justo dos ativos e passivos que não são cotados em um mercado ativo (por exemplo, *over-the-counter* derivados) é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais das informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo ou passivo é incluído no Nível 3.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- I. Os preços de cotação ou cotações de corretoras para instrumentos similares;
- II. O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas;
- III. Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.
 - Nível 3: inputs para o instrumento que não são baseadas em dados observáveis de mercado (ou seja, inserções não observáveis). Como 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não existem instrumentos financeiros classificados como Nível 3.

A seguir valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificadas como nível 1 e 2:

Ativos	Nível I	Nível II	31/12/14	31/12/2013 (Reapresentado)	01/01/2013 (Reapresentado)
	<u> </u>				-
Caixa e equivalentes de caixa	-	698.578	698.578	1.294.750	682.585
Títulos e valores mobiliários	-	184.359	184.359	-	-
Contas a receber de clientes	-	107.887	107.887	192.028	162.122
	-	990.824	990.824	1.486.778	844.707
Passivos	Nível I	Nível II	31/12/14	31/12/2013 (Reapresentado)	01/01/2013 (Reapres entado)
Empréstimos e financiamentos	-	1.796.284	1.796.284	1.550.140	852.276
Debêntures	-	596.233	596.233	657.342	924.881
Arrendamento mercantil financeiro	-	1.035.540	1.035.540	1.080.578	611.874
Antecipação de crédito imobiliário	-	238.858	238.858	284.731	333.774
Contas a pagar a fornecedores	-	168.634	168.634	246.747	83.066
		3.835.549	3.835.549	3.819.538	2.805.871

25.Informações por segmento

As informações por segmento de negócio, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, são , e analisadas em bases do grupo ALL, apenas demonstradas na controladora ALL – América Latina Logística S.A, não havendo análises para fins de tomadas de decisões de forma individualizada para a Malha Norte. A Companhia não apresenta pois é um segmento independente.

26. Eventos subsequentes

Em 11 de fevereiro de 2015, em atenção ao estabelecido no artigo 2º da Instrução CVM nº 358/2002, foi aprovado pelo CADE, por unanimidade, nos termos do art. 61 da Lei nº 12.529/2011, o ato de Concentração relativo à

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

incorporação de ações de emissão da ALL pela Rumo ("Incorporação"), mediante a celebração de um Acordo em Controle de Concentração ("ACC").

Por força do ACC, a nova Companhia adotará determinados comportamentos voltados a eliminar as preocupações concorrenciais identificadas no parecer da Superintendência Geral do CADE.

Essas obrigações comportamentais vigorarão pelo prazo de até 7 (sete) anos e visa, sobretudo, assegurar atendimento isonômico aos usuários dos serviços de transporte ferroviário de cargas, principalmente por meio de reforço das regras de governança, da adoção de mecanismos de transparência nos parâmetros de tarifação, controle de atendimento dos serviços e da limitação do uso do transporte ferroviário por partes relacionadas.

Em 19 de março de 2015 a Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") aprovou o processo de alteração de controle, que era a última condição precedente para a efetivação da incorporação.

Em 23 de março de 2015 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a incorporação da ALL pela Rumo. A partir de 1º de abril de 2015, as ações de emissão da Rumo (BM&FBovespa: RUMO3), já refletindo os efeitos da Incorporação de Ações, passarão a ser negociadas na BM&FBOVESPA. Em decorrência deste processo as ações de emissão da ALL (BM&FBovespa: ALLL3) deixarão de ser negociadas na BM&FBOVESPA em 31 de março de 2015.

This document was created with Win2PDF available at http://www.win2pdf.com. The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only. This page will not be added after purchasing Win2PDF.